

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: dezembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Escalada de commodities agrícolas continua - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 01/12/2010	3
Perigo nos preços da comida – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/12/2010.....	4
Alimento tem maior preço em 28 meses – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia – 02/12/2010.....	5
Orçamento do MDS é seis vezes maior e impulsiona economia, diz ministra Márcia Lopes na Conferência Mundial sobre Seguridade Social – Sítio Eletrônico do MDS – 02/12/2010.....	7
Brasil investe em produção sustentável de alimentos – Sítio Eletrônico da CNA – 06/12/2010.....	8
Alta no preço dos alimentos deve continuarem 2011 - João Villaverde – Valor Econômico – Brasil – 08/12/2010	10
Puxada por alimentos, inflação sobe 0,83%, maior alta desde abril de 2005 - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 09/12/2010.....	12
De novo, alimentos desviam inflação da meta - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 14/12/2010	13
Preços agrícolas sobem menos no IGP-M - Juliana Ennes– Valor Econômico – Brasil – 14/12/2010.....	15
Brasileiro come mais e pior - Liana Melo – O Globo – Economia – 17/12/2010	16
A comida não pode ser barata? Para a Farsul, não – Sítio Eletrônico do MST – 20/12/2010.....	17
Depois do boi, sobe o preço do frango – Marcia de Chiara e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia – 22/12/2010.....	20
Brasil está na vanguarda dos produtores mundiais de alimentos – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/12/2010	21
Em 2011, alimentos e serviços ainda têm preços - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 22/12/2010	26
Alimento não é vilão, afirma ministro – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Economia – 23/12/2010.....	28
Pesou no andar de baixo - Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 25/12/2010	29
Alimentos e serviços devem pressionar inflação em 2011 – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia – 28/12/2010.....	30

Escalada de commodities agrícolas continua - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 01/12/2010

Mercado Em novembro, apenas trigo e cacau tiveram cotações médias menores que em outubro nas bolsas americanas

Problemas ou incertezas na oferta, demanda firme e movimentos financeiros que mantiveram o dólar enfraquecido diante de outras moedas voltaram a determinar a valorização da maior parte das commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no mercado internacional em novembro.

Cálculos do Valor Data baseados nas médias mensais dos contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente as de maior liquidez) mostram que, entre os produtos referenciados na bolsa de Chicago, soja e milho voltaram a subir no mês passado em relação a outubro, enquanto o trigo caiu pouco.

Em Nova York, balizadora global das chamadas “soft commodities”, só o cacau não aproveitou a onda positiva.

Açúcar, café, suco e algodão tiveram altas. Com as variações, o cacau passou a ser a única das oito commodities do levantamento que não aparece com variações positivas acumuladas em 2010 e em 12 meses.

“O foco [do mercado financeiro global] está muito direcionado às moedas. Insumos básicos, as commodities são muito suscetíveis a essas oscilações. Afinal, é o mundo todo corrigindo preços”, afirma Silas Costa, da CapitalPlus Gestão de Ativos.

Ele lembra que produtos como soja e milho, que são mais negociados, servem também como hedge diante de turbulências financeiras, o que acaba atraindo mais investimentos, inclusive especulativos.

Dos grãos básicos para alimentos e rações mais transacionados, a soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro, foi o que mais subiu em Chicago em novembro. A cotação média da oleaginosa foi 7,42% maior no mês do que em outubro, o que ampliou para 21,17% a alta em comparação com a média de dezembro e fez com que o salto sobre outubro do ano passado alcançasse 24,25%.

Renato Sayeg, da Tetras Corretora, observa que os fundamentos “altistas” estão firmes e tornaram-se mais frequentes em novembro dias de valorizações do dólar e do grão, o que não costumava ser comum. Em meio aos movimentos financeiros, o enfraquecimento da moeda americana eleva a competitividade das commodities exportadas pelos EUA, daí a lógica indicar direções opostas no caso de fundamentos mais fracos.

Mas adversidades climáticas afetaram as colheitas no Hemisfério Norte — na Rússia sobretudo, mas também nos EUA, onde as produtividades de soja e milho ficaram abaixo do previsto —, as safras que estão sendo plantadas no

Hemisfério Sul está ameaçada pelo La Niña e a demanda da China segue firme, apesar das preocupações em torno de uma eventual desaceleração no país, também ligadas à inflação. Há meses no radar da FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, a inflação dos alimentos já é um problema em diversos países do mundo, o Brasil entre eles.

“No mercado”, afirma Sayeg, “já é forte a expectativa de que a China vá importar mais do que o estimado nesta safra 2010/11”, diz ele. O Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), rico em estatísticas e projeções e um dos termômetros mais importantes para previsões de oferta e demanda de produtos agrícolas no mundo, estima as importações chinesas em 57 milhões de toneladas, e Sayeg diz já há estimativas mais próximas de 60 milhões.

Assim, pondera, enquanto a China pode determinar um aumento da demanda mundial, qualquer problema na oferta da América do Sul nos próximos meses poderá tornar o quadro de abastecimento ainda mais apertado do que está e causar novos aumentos de preços internacionais.

A mesma preocupação com a oferta no Hemisfério Sul ajuda a sustentar as cotações do milho, cujo preço médio em Chicago foi 1,55% superior ao de outubro, mas, depois do pânico que se seguiu à quebra da safra na Rússia, já é menor no caso do trigo — que recuou 1,36% na bolsa no mês passado, sempre na comparação dos preços médios.

Negociado em Nova York, o algodão liderou as altas em novembro, com salto de 17,07% no preço médio, e também firmou-se como a agrícola que mais subiu até agora no ano (69,6%) e em 12 meses (76,3%). A demanda chinesa colabora para a sustentação, e houve problemas nas safras de exportadores. No açúcar, a redução da safra de cana no Brasil ajudou para a alta de 7,1% registrada, adversidades climáticas brasileiras e vietnamitas colaboraram para um salto de 8,54% do café e no suco de laranja as reduções das safras da fruta na Flórida e em São Paulo influenciaram o ganho de 2,68%.

Perigo nos preços da comida – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 02/12/2010

Os preços da comida sobem no mercado internacional e continuarão pressionando o custo de vida por muitos meses, provavelmente durante a maior parte do próximo ano. A perspectiva é animadora para os agricultores, pecuaristas e exportadores de produtos agropecuários. Mas o governo deveria preocupar-se com o risco de mais inflação em 2011 e estudar, desde já, uma estratégia para atenuar os efeitos da valorização dos alimentos. Os sinais de alerta foram reforçados nessa quarta-feira pela FAO, o órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

O índice mensal de preços da FAO subiu 3,7% em novembro e atingiu o nível mais alto em 28 meses. Esse número é a média ponderada dos indicadores de cinco grupos de produtos – carnes, laticínios, cereais, óleos e gorduras e açúcar. No mês passado, ficou pouco abaixo dos valores observados em junho e julho de 2008, quando a última grande crise no mercado global de alimentos atingiu o pico.

Quando a crise financeira se espalhou, deixando em recessão boa parte do globo, os países mais pobres e dependentes da importação de alimentos já estavam em dificuldades, com muitos milhões de famílias sem condições de pagar pela alimentação.

Desde 2007 o FMI já estava empenhado em programas de ajuda financeira aos países mais afetados pelo encarecimento da comida.

Houve uma breve trégua nos mercados, durante a pior fase da crise financeira, mas os preços voltaram a aumentar nos meses finais de 2009. Houve alguma oscilação neste ano e nos últimos cinco meses o índice médio da FAO subiu de forma ininterrupta. Entre junho e novembro o indicador variou 26,4%. As maiores altas foram do açúcar (66,6%), cereais (48,7%) e óleos (44,5%). Carnes (1,4%) e laticínios (2,3%) encareceram muito menos.

A produção foi afetada em alguns países pela seca prolongada. Foi o caso da Rússia, por exemplo. Em outros, inundações devastaramos campos. Limites impostos à exportação por alguns governos também pressionaram os preços.

Nunca chegou a haver escassez física no mercado global, mas a diminuição de algumas colheitas e a perspectiva de estoques menores provocaram a alta das cotações. Além disso, os mercados têm sido pressionados pela especulação financeira. Há dinheiro de sobra no mundo, por causa das políticas monetárias frouxas nos países mais desenvolvidos. Na Europa e nos Estados Unidos os juros continuam muito baixos.

Além disso, o banco central americano continua emitindo um enorme volume de dólares.

Na rodada atual, iniciada no mês passado, está prevista a emissão de US\$ 600 bilhões até o meio de 2011.

Com dinheiro farto e barato circulando nos mercados financeiros, muita incerteza quanto ao crescimento nas maiores economias e muita insegurança em relação à dívida pública de vários governos, quem tem dinheiro corre atrás de aplicações consideradas seguras e promissoras. Parte desse capital vai para as economias emergentes, como o Brasil, e uma fatia considerável é aplicada nos mercados de produtos básicos.

A combinação de todos esses fatores podem manter pressionadas por vários meses as cotações dos produtos agrícolas. Os preços dos grãos permanecerão elevados e até poderão subir pelo menos até setembro de 2011, segundo o secretário do Grupo Intergovernamental para Grãos da FAO, Abdolreza Abbassian.

Ele mostrou preocupação especialmente com a redução da área plantada com trigo de inverno na Rússia. Até meados de 2011 haverá incertezas sobre o volume da safra russa, observou.

No Brasil, como na maior parte dos países produtores, não há risco de escassez nem de choques importantes de oferta. Escassez de fato não ocorreu há muitos anos no mercado brasileiro.

Mas os preços tenderão a continuar elevados ou em alta, principalmente por causa do quadro internacional. Além de afetar o orçamento das famílias, o custo da alimentação poderá contaminar outros preços. Se isso ocorrer, a inflação ficará bem mais perigosa. Um dos desafios das autoridades monetárias será evitar ou limitar esse contágio.

Alimento tem maior preço em 28 meses – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia – 02/12/2010

Os preços de matérias primas agrícolas básicas, como açúcar, cereais e oleaginosas, dispararam no mercado internacional no mês passado e voltaram para níveis muito próximos dos registrados em 2007 e 2008, quando o mundo estava às voltas com a crise dos alimentos, aponta a FAO, órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Puxado pelo açúcar e pelas oleaginosas, o índice de preços dos alimentos elaborado pelo organismo internacional atingiu em novembro 205,4 pontos, o maior nível em 28 meses. O indicador acompanha as cotações de uma cesta de commodities agropecuárias, entre as quais estão trigo, milho, arroz, carnes, laticínios e oleaginosas. De acordo com os dados divulgados ontem pela FAO, o preço do açúcar em dólares subiu 7,3% no mês passado e os óleos vegetais 10,6% na comparação com outubro.

Um estudo feito pelo coordenador de Análises Econômicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Salomão Quadros, com os preços em reais no mercado atacadista brasileiro revela que, em alguns produtos agrícolas, as cotações registradas nos dez primeiros dias de novembro superaram de longe os preços atingidos no terceiro trimestre de 2008, quando a crise financeira internacional não tinha afetado a economia brasileira e a preocupação ainda era a crise alimentar.

Em novembro deste ano, o preço do açúcar no atacado superior em 123,57% a cotação do terceiro trimestre de 2008, aponta o estudo da FGV. Comportamento semelhante ocorreu com os preços no atacado da laranja (87,53%), do algodão em caroço (69,46%) e da cana de açúcar (54,5%), nas mesmas bases de comparação. Quadros ressalta que esses quatro produtos agrícolas estão entre as cinco maiores altas de preços no atacado registradas em novembro deste ano até o dia 10 em relação ao terceiro trimestre de 2008.

“Este ano está sendo atípico para os alimentos”, afirma o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fipe (IPCFipe), Antonio Comune. Uma análise feita pelo economista revela que neste ano, exceto nos meses de junho, julho e agosto, os preços médios da alimentação subiram mais que a média da cotação da comida entre 2006 e 2009. Só em outubro deste ano, por exemplo, os preços dos alimentos ao consumidor subiram 2,84%, enquanto a elevação média dos quatro anos anteriores foi de 0,51%.

Ao que tudo indica, a pressão dos alimentos na inflação deve continuar pesando no bolso do consumidor. Martinho Paiva Moreira, diretor de economia da Associação Paulista de Supermercados (Apas), diz que óleo de soja no varejo está 20% mais caro este mês e a perspectiva é de que o preço do produto aumente mais 10% em janeiro.

O preço da carne bovina, tida como a grande vilã da inflação de novembro e que respondeu por mais de um terço da alta do IPCFipe de 0,77% na terceira quadrimestre do mês, deve arrefecer até a metade deste mês, na opinião de Moreira. Mas a alta de preços, segundo ele, deve voltar com força a partir da segunda metade do mês em razão das comemorações de fim de ano, quando o consumidor com mais dinheiro no bolso amplia as compras de alimentos, especialmente de carne bovina.

Industrializados.

O impacto da alta dos preços das commodities agropecuárias nos preços dos alimentos industrializados não deve, no entanto, ocorrer neste ano, exceto no caso da margarina, maionese e dos óleos vegetais, diz Moreira. Ele explica que, como as indústrias trabalham com metas de vendas para fechar o mês e também o ano, para alcançar o objetivo traçado muitas empresas adiaram aumentos de preços e absorvem os aumentos de custos, reduzindo as margens de ganho.

Susumu Honda, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), lembra que, ao contrário dos períodos de inflação galopante, hoje a concorrência é muito forte tanto entre as grandes fabricantes de alimentos industrializados como entre as redes de supermercados. “Hoje não conseguimos repassar os aumentos de preços.

Esses passeios automáticos refletem na queda do consumo”, diz.

No caso da carne bovina, diz Moreira, da Apas, as quantidades vendidas caíram 5% entre setembro e novembro

Orçamento do MDS é seis vezes maior e impulsiona economia, diz ministra Márcia Lopes na Conferência Mundial sobre Seguridade Social – Site Eletrônico do MDS – 02/12/2010

“Em 2002, foram investidos R\$ 6 bilhões na área social. Hoje, executamos R\$ 40 bilhões.” Também participaram da abertura do evento, que tem presença de 95 países, os ministros Luis Dulci (Secretaria Geral da Presidência), José Gomes Temporão (Saúde), Carlos Lupi (Trabalho e Emprego) e Eduardo Gabas (Previdência).

“Programas como o Bolsa Família têm um valor ético e social, mas também exercem um importante papel, porque as famílias empregam o dinheiro na compra de alimentos e eletrodomésticos, enfim, investem no mercado interno. Esses programas criam novos cidadãos e novos consumidores, trilhando o caminho do desenvolvimento sustentável desejado pelo Governo Federal”. A afirmação foi feita pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, nesta terça-feira (1º), à noite, em Brasília, durante a abertura da I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, também destacou o incremento do desenvolvimento social no País como responsável por uma vida mais digna da população aliada ao crescimento econômico. “Em 2002, foram investidos R\$ 6 bilhões na área social. Hoje, executamos um orçamento de R\$ 40 bilhões (mais de seis vezes maior), o que demonstra uma clara decisão do governo de perseguir a diretriz de uma ampliação dos direitos dos cidadãos”, garantiu a ministra.

Para uma plateia formada por representantes de 95 países, de organizações, de gestores de diversas áreas e de 40 ministros estrangeiros, Márcia Lopes citou os programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - ambos do MDS - como importantes na dinamização da economia. Destacou a importância do evento pela troca de experiências fundamentais para a “reconstrução de estratégias que organizam cada política pública e as fazem chegar aos seus usuários”.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, acredita que o Brasil começou a reverter a história de desigualdades, mas ainda considera insuficiente os recursos destinados à área. “O tamanho dos desafios que temos na saúde é do tamanho do nosso porte, mas as perspectivas de crescimento são promissoras”, disse Temporão.

Para Carlos Lupi, ministro do Trabalho e Emprego, a geração de emprego é a mais importante fonte de distribuição de renda. Assegura que a conferência é uma oportunidade de aprofundar o tema da seguridade social com os parceiros, respeitando a realidade de cada País. “O presidente Lula marcou uma era Social. A era de um Brasil que está dando certo”, comemorou Lupi.

A integração das três políticas que integram a seguridade social – saúde, previdência e assistência social – é responsável por levar a sociedade a um conjunto de políticas de

proteção. Essa é a posição defendida pelo ministro Carlos Eduardo Gabas, da Previdência Social. Acabar com a pobreza e incluir socialmente as pessoas que ainda estão em condições precárias são objetivos citados pelo ministro. “Defendo a criação de um piso básico de proteção, única maneira de tirar milhões de pessoas da miséria”, enfatizou.

Márcia Bassit, secretária-executiva do Ministério da Saúde, apresentou números do avanço do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Registrou que 75% dos brasileiros dependem desse sistema, mas reconhece as dificuldades operacionais para levar a saúde a todos os municípios brasileiros. “A implantação do SUS rompeu com a concepção de cidadania que vinculava os direitos sociais à inserção no mercado de trabalho”, garantiu.

A I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social é uma ação conjunta dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social. Tem como objetivo organizar um processo de debates estratégicos nacionais que resultem na projeção da seguridade social na agenda do País. O evento prossegue até o próximo domingo (5), no Centro de Convenções Ulisses Guimarães.

Acesse o boletim: [Políticas de proteção social contribuem para crescimento econômico do País](#)

Brasil investe em produção sustentável de alimentos – Sítio Eletrônico da CNA – 06/12/2010

Cancun, 6 de dezembro de 2010 - A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lança hoje, às 15h30 (horário de Brasília), mundialmente o Projeto Biomassa na Conferência das Partes sobre o Clima (COP-16), da Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de iniciativa inédita no Brasil, um país de 851 milhões de hectares, que alcançou liderança mundial na produção de alimentos conservando 56% da sua cobertura vegetal original.

A longo de nove anos serão promovidos pesquisa e compartilhamento de informações nos seis biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa), tendo como maior objetivo conciliar a produção rural e a preservação ambiental. Dessa maneira, o país, as classes rural e científica assumem posição de protagonismo diante do maior desafio da atualidade: fazer frente à demanda crescente por alimentos com o compromisso de sustentabilidade e

dapreservação. Em 2050, a população global será de 9 bilhões, o que demandará um aumento de 70% na produção de comida.

Na década atual, o *agribusiness* brasileiro assumiu a liderança da produção de *commodities* agropecuárias. Em 2009, o agronegócio representou 23,4% do PIB, 42,5% das exportações nacionais e gerou aproximadamente 37% dos empregos do País. Nos próximos anos, o Brasil deverá superar o desafio de aumentar sua produção de alimentos com baixo custo e alta qualidade, preservando seu enorme patrimônio ambiental. "Vamos mostrar ao mundo que o Brasil não é apenas um grande produtor de alimentos, mas que suas práticas agrícolas são baseadas em sólidas técnicas científicas e ambientalmente sustentáveis," assegura a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

O Projeto Biomas, que contará com orçamento de R\$ 40 milhões, terá a utilização da árvore na atividade rural como eixo dos projetos de pesquisa. As florestas devem servir como alternativa para diversificação dos sistemas produtivos na propriedade rural e na composição das APPs e seus entornos, representados pela reserva legal (RL) e área de uso alternativo (AUA).

No momento estão sendo demarcadas e estudadas várias unidades demonstrativas do Projeto Biomas, que serão showrooms de técnicas de produção sustentável. Assim, o produtor rural brasileiro poderá escolher o melhor para a sua propriedade a partir de exemplos reais, já colocados em prática.

Articulação - Porter a abrangência nacional, o Projeto Biomas exigirá intensa articulação de parcerias. Apenas na área de investigação serão necessários algo como 200 pesquisadores em todo o Brasil. Entre os potenciais multiplicadores estão as cooperativas, empresas estaduais e municipais de assistência técnica rural, de meio ambiente e de pesquisa agrícola.

Em termos de propriedades, estima-se de 3 mil a 7,5 mil para a instalação dos módulos, num total de 6 mil a 15 mil hectares. Cada módulo terá área entre dois e cinco hectares de plantio simples ou consorciados de espécies florestais. Tendo em vista a viabilização econômica, serão utilizadas tanto espécies de rápido crescimento (nativas e exóticas), que propiciem retorno econômico no curto prazo, quanto outras de crescimento mais lento, mas de madeira de grande valor de mercado.

Sobre a CNA

A CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - representa mais de um milhão de produtores rurais brasileiros. Compõe o sistema sindical rural juntamente com 27 federações estaduais e 2142 sindicatos com atuação nos municípios. Com sede em Brasília, capital do Brasil, é o fórum nacional de discussões sobre a atividade agropecuária brasileira, atuando permanentemente na defesa dos direitos e interesses sócio-econômicos de quem vive e trabalha no campo.

Sobre a senadora Kátia Abreu

Presidenta da CNA desde 2008, a senadora Kátia Abreu é produtora rural e senadora pelo Estado do Tocantins. Anteriormente, foi também presidenta da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET), de 1995 a 2005.

Sobre a Embrapa

A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Alta no preço dos alimentos deve continuarem 2011 - João Villaverde - Valor Econômico - Brasil - 08/12/2010

A inflação está em alta. E não vai desacelerar tão cedo. Puxada por saltos próximos ou superiores a dois dígitos em itens importantes nas refeições dos brasileiros, como carnes e feijão, os preços dos alimentos saltaram 2,22% em novembro, representando quase dois terços da alta de 0,83% registrada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês passado — a maior variação mensal desde dezembro de 2004.

Segundo analistas consultados pelo Valor, a alta de preços nos alimentos, pressionada pelo mercado externo, ainda persistirá pelos próximos meses, podendo se alongar por todo o ano de 2011.

Ainda que responda por 0,51 ponto percentual da variação de 0,83% do IPCA em novembro, os alimentos não estão sustentando isoladamente a alta de preços. A taxa de dispersão, que representa o número de itens que subiram de preços, atingiu 67,2% no mês passado, o mesmo patamar registrado em junho de 2008 — naquele ano, o IPCA fechou o ano a 5,9%, acima da meta de 4,5% perseguida pelo Banco Central. Apenas em janeiro deste ano, quando atingiu 68,7%, a taxa de dispersão do IPCA foi superior aos valores registrados em 2008.

“À exceção de itens como veículos novos, aparelhos telefônicos e eletrodomésticos, a maior parte dos preços livres subiram em novembro”, diz Laura Haralyi, especialista de inflação do Itaú Unibanco, que calculou em 66,4% a taxa de dispersão dos preços livres, excluindo alimentos.

“Os alimentos ainda respondem pelo grosso da inflação, mas não estão isolados”, diz Laura.

Segundo divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os preços das carnes ficaram 10,7% mais caros em novembro, enquanto feijão e carne-seca tiveram altas de 8,1% e 7%, respectivamente.

Alimentação no domicílio subiu pouquinho mais que o dobro de alimentação fora do domicílio — 2,7% e 1,2%, respectivamente. No acumulado em 12 meses terminados em novembro, esses itens já abriram a faixa dos dois dígitos de avanço, enquanto as carnes já acumularam alta de 26,7%.

“Nós estamos importando inflação de alimentos”, diz Fabio Silveira, sócio-diretor da RC Consultores, para quem o consumidor brasileiro, “bem empregado, com salário em alta e crédito farto”, está sancionando o repasse de preços do atacado para o varejo. “O mercado futuro de commodities virou um espaço para rentabilizar o dinheiro de investidores e bancos, que não aplicam em títulos de países ricos porque os juros estão muito baixos”, avalia Silveira.

O índice CRB, que aglutina os preços das principais commodities agrícolas, como soja, milho, trigo e algodão é negociado diariamente na Bolsa de Chicago (EUA). Dos 248 pontos registrados em junho, o CRB oscilou hoje acima de 315 pontos — o patamar mais alto desde o pré-crise, quando o CRB chegou a atingir 400 pontos, sua máxima histórica.

“Trata-se de especulação, embora muitos não gostem de denominar assim”, diz Silveira, que explica: “os investidores partem de questões estruturais, como os problemas de safra de trigo e algodão, que por sua vez causam impacto no milho e soja, e apostam na alta de preços, ganhando se essa alta se realizar.” Nesta semana, uma saca de 60 kg de soja é negociada a R\$ 45,8, em média, o maior valor do ano — chegou a ser negociada em R\$ 32,8, em março. Da mesma forma, a arroba de algodão está sendo negociada a R\$ 275 — estava a R\$ 136 no começo do ano.

A alta nos preços do algodão, principal matéria-prima de roupas e tecidos, tem impulsionado a elevação de vestuário, que representou 0,08 ponto percentual do IPCA de novembro.

O economista-chefe para América Latina do BNP Paribas, Marcelo Carvalho, avalia que os preços dos alimentos devem continuar pressionados no mercado internacional, e conseqüentemente no Brasil, por todo o ano de 2011. O raciocínio de Carvalho está sustentado na perspectiva de que a expansão monetária colocada em prática pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) entre o fim de maio e junho de 2011 — a emissão de US\$ 600 bilhões na economia — não será suficiente para aquecer a economia americana. O Fed, diz Carvalho, deve levar os estímulos a US\$ 1 trilhão e estender as emissões até dezembro do ano que vem. Assim, afirma o economista, “esse processo de ‘financeirização’ dos preços das commodities continuará diante da tsunami de liquidez que está no radar”.

O economista avalia que o IPCA fechará o ano em torno de 6% — Silveira, da RC, aposta em 6,2%. Em 2011, o mercado financeiro avalia que o IPCA termine em 5,2%, segundo o boletim Focus, do Banco Central. Para Carvalho, as perspectivas de preços dos alimentos pressionados deixam o BC a missão de, por meio da elevação de juros, trazer as expectativas do mercado para a meta de 4,5%. “Os 4,5% hoje são piso, quando deveriam ser o centro das estimativas do mercado”, diz o economista, para quem o BC iniciará em janeiro um ciclo de aperto monetário.

Puxada por alimentos, inflação sobe 0,83%, maior alta desde abril de 2005 - Cássia Almeida – O Globo – Economia – 09/12/2010

De novo, a alimentação foi a principal responsável pela alta da inflação em novembro. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo IBGE, subiu para 0,83%, depois de registrar 0,75% em outubro. Foi o maior percentual desde abril de 2005 do índice que serve de base para o sistema de metas de inflação do governo. No ano, o IPCA acumula alta de 5,25%, bem acima do centro da meta fixada para este ano de 4,5%. Em 12 meses, está em 5,63%.

Somente a alta de 2,22% do grupo alimentação no mês respondeu por 61% de todo o índice.

— Houve alta generalizada nos alimentos, no feijão, açúcar, óleo de soja e, principalmente, na carne. Estamos na entressafra, e a estiagem ainda piora a situação. Como o gado está confinado, sem pasto, há o custo da ração, à base de milho e soja, que está subindo também. Os preços baixos de 2007 também levaram os pecuaristas a abater matrizes, diminuindo o rebanho — explicou Eulina Nunes, coordenadora do Sistema de Índice de Preços do IBGE.

A carne subiu 10,67% em novembro, o que representou 30% do IPCA. No ano, também foi a principal influência para os 5,25% captados pelo IBGE.

TV e informática têm queda de preços com real forte. Mesmo com a maior taxa em cinco anos, a variação de 0,83% registrada em novembro ficou abaixo das expectativas dos analistas, que projetavam alta de 0,87% no mês passado.

— Houve queda de preços em TV, som e informática de 2,43%, em artigos de residência (0,12%) e eletrodomésticos (0,92%), o que está ligado à valorização do real — afirmou Fábio Romão, economista da LCA Consultores.

Depois da alimentação, os serviços foram outro grupo de preços que puxou para cima a inflação. Manicure, cabeleireiro, empregada doméstica, serviços de costura, entre outros, subiram mais no mês passado. Para Romão, o reajuste próximo de 6% do salário mínimo foi a principal influência para esses reajustes:

— Os preços dos serviços fecharam 2009 em 6,4%, agora estão em 7,4% (nos últimos 12 meses). São setores que respondem com defasagem aos movimentos da atividade econômica. Esses preços maiores refletem o forte aquecimento do início do ano.

Para Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, essa alta persistente que se verifica nos últimos quatro meses preocupa:

— É um grande problema indicando a persistência da pressão de demanda.

Entre as pressões no ano até novembro, vários serviços aparecem entre os 39 itens que mais influenciaram o IPCA.

Somente esse grupo de 39 produtos e serviços respondeu por 90% da inflação no ano. O IBGE acompanha mais de 300 itens mensalmente.

— Além dos serviços pessoais, subiram mão de obra para pequenos reparos, médico, dentista, hotel. Em geral, isso indica que há renda para fazer frente aos reajustes. As altas nos custos conseguem ser repassadas mais facilmente — afirmou Eulina, do IBGE. Analistas preveem alta de 0,55% em dezembro

Em dezembro, o indicador deve ficar menor. A previsão dos analistas para o IPCA está em 0,55%, acreditando que os preços dos alimentos vão subir menos e alguns poderão até ficar mais baratos. E, para a taxa fechada no ano, confirmadas as previsões para dezembro, as estimativas são de uma inflação de 5,80%. Em 2011, as projeções para o IPCA já estão acima da meta de 4,5%, a mesma de 2010. Romão, da LCA, prevê 4,70% — Haverá pressão menor dos alimentos e nos serviços, já que o salário mínimo não deve ter aumento real em 2011.

De novo, alimentos desviam inflação da meta - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 14/12/2010

Conjuntura A partir de 2006 grupo ocupou papel de "vilão" que antes era ocupado pelos preços administrados

A inflação do consumidor vai subir quase 6% neste ano, mais uma vez acima do centro do alvo perseguido pelo Banco Central, de 4,5%, puxada em grande parte pela forte alta dos preços de alimentos e bebidas. Em 12 anos do regime de metas, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) só ficou quatro vezes no centro ou abaixo do alvo — em 2000, 2006, 2007 e 2009. Em outras cinco oportunidades (1999, 2004, 2005, 2008 e 2010), a inflação superou o centro da meta, mas ficou abaixo do teto do intervalo de tolerância.

Já entre 2001 e 2003 até mesmo o teto foi ultrapassado.

Se até 2005 os preços administrados (como tarifas de energia elétrica e telefonia) eram as principais fontes de pressão sobre a inflação, os alimentos exercem hoje essa função, um papel que ganhou mais força a partir de 2007. Com o aquecimento do mercado de trabalho, os serviços (como aluguel, conserto de automóveis, condomínio e empregado doméstico) também têm jogado as cotações para cima.

Neste ano, os analistas estimam uma alta de 10% do grupo alimentos e bebidas, impulsionada pela forte elevação dos preços de produtos como carne, feijão e açúcar.

Com peso de 22,9% no IPCA, um aumento dessa magnitude faz estragos consideráveis na inflação.

Márcio Nakane, da Tendências, vê uma pressão estrutural sobre as cotações de alimentos que vem da alta das commodities no mercado internacional, um processo que ganhou musculatura a partir de 2007, foi interrompido pela crise global de 2008/2009, mas voltou a ocorrer neste ano.

Em 2007, os alimentos e bebidas tiveram alta de 10,8% no IPCA, e o indicador só ficou em 4,5% — exatamente o centro da meta — em grande parte por causa do comportamento benigno dos preços administrados, que subiram apenas 1,7%. Em 2008, os alimentos avançaram mais 11,1%, colaborando de modo decisivo para a variação de 5,9% do IPCA.

“Houve um fenômeno global de expansão de consumo de alimentos a partir de 2007, o que, combinado com especulação nos mercados futuros, provocou um forte aumento dos

preços de commodities”, diz o pesquisador Paulo Picchetti, da FGV. Segundo ele, esse movimento se repete hoje. A demanda global por alimentos é forte e, com juros baixos nos países desenvolvidos, movimentos especulativos dão mais gás aos preços de commodities, num cenário de estoques baixos.

Nos últimos cinco anos, os preços de alimentos contribuíram para uma inflação mais tranquila em duas oportunidades. Em 2006, houve um choque positivo que fez o grupo aumentar apenas 1,2%, o que foi crucial para a alta de 3,1% do IPCA — a menor da história do regime de metas. No ano passado, como reflexo da crise global, os alimentos e bebidas no IPCA avançaram bem menos — 3,2% —, resultado fundamental para que a inflação ficasse em 4,3% — ligeiramente abaixo do centro da meta.

Para 2011, os analistas acreditam que os alimentos continuarão a empurrar os preços para cima, dadas as expectativas de crescimento ainda forte na China. O economista chefe da MB Associados, Sérgio Vale, por exemplo, projeta alta de 8,9% para o grupo alimentos e bebidas no IPCA no ano que vem, número próximo aos 9,9% esperados para 2010, por ver commodities ainda pressionadas.

Os preços administrados, por sua vez, passaram a dar um refresh para a inflação especialmente a partir de 2006. Nos sete anos anteriores, o grupo era o grande vilão do IPCA. Com peso de quase 30% no indicador, teve alta superior a dois dígitos entre 1999 e 2004, avançando 9% em 2005.

O economista Fábio Ramos, da Quest Investimentos, observa que o peso dos Índices Gerais de Preços (IGPs) é hoje bem menor para explicar a variação dos preços administrados, um fenômeno importante para o comportamento mais benigno desse grupo.

Tarifas de energia elétrica e telefonia fixa, por exemplo, não seguem mais automaticamente a variação passada dos IGPs, levando em conta fatores como ganhos de produtividade e a estrutura de custos do setor.

Os preços de serviços, por sua vez, têm se tornado uma fonte de pressão considerável para a inflação.

O grupo responde por cerca de 24% do IPCA, subindo com mais força num ambiente de mercado de trabalho aquecido, como lembra Ramos. “Os serviços são um grande indicador de pressão de demanda”, diz Nakane, para quem, justamente por isso, essas cotações devem ser um guia importante para o BC definir juros.

Além do aquecimento da economia, alguns serviços são influenciados pelo reajuste do salário mínimo, como o empregado doméstico, e pela inflação passada, como o aluguel, que tem o IGP-M como principal referência.

Para Vale, o comportamento dos serviços é um sinal claro de que a alta da inflação não se limita aos alimentos. Ele projeta aumento para serviços de 7,5% neste ano e de 6,3% em 2011, um nível ainda salgado. Não é com os alimentos, mas sim com o restante dos preços — que devem explicar 60% da alta do IPCA neste ano — que o BC deve se preocupar, diz ele, que aposte num IPCA de 5,8% neste ano. Os analistas ouvidos pelo BC preveem um

número um pouco superior a esse, de 5,85%. Na semana anterior, apostavam em 5,78%.

Para 2011, as expectativas para o IPCA ficaram quase estáveis, passando de 5,2% para 5,21%.

Preços agrícolas sobem menos no IGP-M - Juliana Ennes – Valor Econômico – Brasil – 14/12/2010

A primeira prévia do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM) de dezembro mostrou pequeno avanço, tendo passado de 0,79% em novembro para 0,83% este mês. Apesar da alta, o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Salomão Quadros, avalia que o resultado já mostra a possibilidade de redução das pressões sobre os preços.

“Embora o número ainda não tenha diminuído em relação à primeira prévia de novembro, a composição do índice sugere a possibilidade de uma desaceleração do IGP”, disse Quadros. Os dados que corroboram essa teoria são os principais fatores de elevação dos preços no atacado nos meses anteriores: os produtos agropecuários.

As matérias-primas agropecuárias, que estavam com alta de 3,75% no mês passado, subiram 2,5% em dezembro. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,97%, no primeiro decêndio de dezembro, abaixo do 1,02% de alta no mesmo período do mês passado. A alta dos agrícolas caiu de 2,9% para 1,39%. Em grande parte, o recuo nos preços de alimentos foi provocado pela soja, principal produto do IPA, ao lado do minério de ferro.

Ambos têm peso de 4,48% sobre o índice. A soja registrou alta de 7,08% no mês passado, e agora teve avanço bem menor, de 1,96%.

A soja é fortemente influenciada pelo mercado internacional, “que em novembro estava agitado, com muito comprador de commodity”, segundo o economista da FGV. Outro fator de pressão sobre o IPA, e que perdeu força em dezembro, foi a carne bovina, que estava com alta de 6,01% em novembro e agora avançou apenas 0,9%.

A alta era decorrência de um retorno mais forte para as exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que havia escassez de bois, devido à seca e à crise, que levou a um menor volume de investimentos.

Por isso, em 12 meses, a variação dos bovinos é de 40,91%. Agora o movimento começa a se abrandar.

Como os preços ao consumidor demoram mais para reagir, agora que o IPA começa a se desacelerar, o IPC acelera o ritmo de alta. No período, o índice avançou 0,69%, bem acima dos 0,39% registrados no mês anterior. Seis das sete classes de

despesa componentes do índice registraram elevação na taxa de variação, mas o destaque foi a alimentação, que passou de 0,85% para 1,43%.

A alimentação foi responsável por cerca de 60% de todo o avanço do índice, mas Quadros lembrou que, com os produtos agropecuários desacelerando para o produtor, a tendência é que, mesmo levando ainda algum tempo, isso chegue ao consumidor.

Fora da alimentação, um dos destaques de redução de ritmo foram os combustíveis. A gasolina passou de 1,35% para 0,55% e o álcool combustível, que tinha atingido alta de 7,91% no mês passado, avançou 2,46%. No entanto, segundo Quadros, não há motivo ainda para comemorar. “Até que se tenha nova safra de álcool, pode ser que o preço volte a se acelerar, porque a safra é só para abril ou maio. E pode haver ainda uma pressão sobre os transportes. É comum que, antes de entrar na safra, ainda haja novos repiques”, disse.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) apresentou, no período, taxa de 0,28%, acima de novembro, quando foi de 0,22%. O índice, que representa o custo da mão de obra, apresentou alta de 0,36%, ante 0,39% de novembro.

Brasileiro come mais e pior - Liana Melo – O Globo – Economia – 17/12/2010

Dinheiro no bolsão é sinônimo de boa alimentação. O tradicional arroz e feijão está perdendo espaço na mesa dos brasileiros para alimentos industrializados e comidas semiprontas. O consumo destes alimentos de conveniência está crescendo em todas as classes sociais, porém de forma mais expressiva na base da pirâmide social brasileira, mostram duas pesquisas divulgadas ontem pelo IBGE. Os números confirmam o alerta feito pelo Ministério da Saúde esta semana de que, mantido o ritmo atual de ganho de peso dos brasileiros, o país poderá atingir níveis de obesidade semelhantes aos dos Estados Unidos em 2022.

A mudança de hábito alimentar foi constatada pelo IBGE em duas pesquisas feitas em parceria com o Banco Mundial (Bird)

e o Ministério da Saúde: “Aquisição alimentar domiciliar per capita” e “Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil”. Ambas foram baseadas nos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Segundo especialistas, o Brasil virou um alvo para os grandes fabricantes mundiais de alimentos que, ao fugirem de mercados saturados procuraram aqui o consumidor ávido que perderam lá fora.

‘A fome de lugar a obesos e anêmicos’ As pesquisas mostraram que, das calorias consumidas em casa, 16,4% vêm dos açúcares livres, acima dos 10% recomendados por nutricionistas. Assim como a gordura saturada, que, na média nacional é de 8,3%, mas entre aqueles que ganham acima de R\$6.225 já representa 10,6%, também rompendo a barreira dos 10%.

— Estamos vivendo uma transição nutricional, onde a fome de lugar a obesos e anêmicos — pontua o sociólogo Marcelo Medeiros, da UnB. — Com a ascensão da classe C, passou-se a consumir alimentos ricos em calorias e pobres em nutrientes.

Ainda que o consumo de refeições prontas e misturas industrializadas seja mais elevado entre os brasileiros com renda acima de R\$6.225 (8,3%), é entre os pobres, com renda até R\$830, que o consumo dobrou de 1,1%, em 2002-2003, para 2,1%, em 2008-2009.

— Campanhas publicitárias milionárias e

extremamente eficazes ampliam as vantagens dos produtos ultraprocessados

— diz Carlos Monteiro, consultor da pesquisa do IBGE e professor do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

O consumo de cereais e laticínios, por sua vez, caiu em todas as classes de renda. Na mediana nacional, cereais e derivados caíram de 35,5% do total de calorias consumidas em casa para 35,2%. Leite e derivados, de 6% para 5,8%. Já o de bebidas e infusões aumentou. No caso das bebidas alcoólicas, subiu de 0,5% para 0,7%. Por ser um produto típico de ascensão social, avalia Edilson Nascimento, coordenador da pesquisa do IBGE, foi um dos poucos em que o consumo cresceu.

A tentativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de regular a publicidade de produtos ultraprocessados está suspensa por um aliminar na Justiça Federal impetrada pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

Enquanto a Anvisa não consegue derrubar a liminar da Abia, o Ministério da Saúde promove articulação em outras frentes. A coordenadora-geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Ana Beatriz Vasconcelos, antecipou que já foi feito um acordo entre os países do Mercosul para exigir a rotulagem de açúcares em produtos industrializados.

As pesquisas divulgadas ontem pelo IBGE dizem respeito apenas à alimentação dentro do domicílio. Comparando as duas pesquisas verifica-se que o total de calorias absorvidas caiu de 1.791 para 1.611. Só que esta redução não contabiliza a alimentação fora do domicílio. A grande preocupação é com a obesidade da população, que impacta nos gastos com saúde pública. Em meados de 2011 será divulgado um novo estudo incluindo o consumo fora do domicílio. Se na POF 2002-2003, este consumo representava 24,1% das despesas com alimentação, pulou para 31,1% na POF 2008-2009.

A comida não pode ser barata? Para a Farsul, não – Sítio Eletrônico do MST – 20/12/2010

“A sociedade tem de aceitar que a época da comida barata acabou” Assim, o presidente da Farsul resumiu sua opinião sobre o preço da comida, na edição de sexta-feira (17), do jornal Zero Hora.

Para quem ainda passa fome no Brasil, é difícil recordar quando, no passado, a comida foi barata. Em todo o caso, tratando aquela opinião de uma necessidade vital das pessoas, como é a de se alimentar, é conveniente analisar-se o dito no que ele pode revelar sobre as causas de uma injustiça social como essa, pois, pelo jeito, não temos saída e estamos condenados a aceitá-la.

Segundo essa maneira de pensar, cabe uma comparação. Entre o possível prejuízo que a fração de empresários representada pela tal liderança possa ter na venda do indispensável à vida das pessoas, e o que essas possam sofrer por não poderem pagar o que lhes mata a fome, quem não pode sair perdendo é o dono do capital (nem sempre

identificado, em tudo, com o “produtor rural”, a economia familiar que o comprove), pois, em todo o contexto explicativo da entrevista, a “comida barata” aparece como prejuízo certo desse personagem.

Como o mercado, onde esse capital se alimenta de dinheiro e não de comida, é um ente abstrato, de humor desconhecido, refletido em expressões tão grandiloqüentes quanto aleatórias do tipo “crise da economia mundial”, “excesso de demanda”, “defesa da liberdade de iniciativa econômica”, “globalização”, as causas dos perversos efeitos da previsão feita pelo presidente da Farsul geralmente ficam isentas de qualquer investigação sancionatória, inclusive do ponto de vista jurídico.

A “mão invisível” (Adam Smith) dos seus ciclos econômicos de crise, exploração da natureza e das gentes, trata de imunizá-lo.

Algumas mãos visíveis de defesa desse tipo de irresponsabilidade, todavia, podem ser identificadas, como prova a afirmação categórica do ministro da agricultura, publicada na mesma edição de ZH, segundo a qual “índices de produtividade é assunto encerrado.”

Ali aparece, novamente, o porque de se encerrar esse assunto: “Quem deve definir o que, como e quando o produtor brasileiro vai produzir é o mercado, a visão que ele tem de oportunidades de negócios, perspectivas de preço, demanda do mercado interno e internacional. Não pode ser um ato autoritário, de cima para baixo, dizendo que tem de produzir com tais índices de produtividade. Não é assim que se faz”.

Entre o que a sociedade, portanto, “tem de aceitar” como diz o presidente da Farsul, e a forma como essa aceitação deve ser feita (“assunto encerrado”, “não é assim que se faz”...), como diz o ministro da agricultura, o Estado, a democracia, os Poderes Públicos, o ordenamento jurídico não têm que dar palpite nem se meter.

A lei e o direito, assim, não têm voz nenhuma aí. Quem deve mandar sobre o que deve se produzir “é o mercado”, “as oportunidades de negócios”, as “perspectivas de preços”, somente o dinheiro, em última análise.

Poucas vezes se reconheceu, com tanta clareza e pelas vozes dos seus mais fiéis representantes, onde se encontra, efetivamente, o “ato autoritário, de cima para baixo”, a que faz referência o ministro da agricultura. Ele desce do mercado e é indiscutível, fatal, como ato característico de toda ditadura. A/o pobre faminta/o que se submeta a esse ente-ídolo capaz de ditar o que, como, quando e quanto ele deve comer. Não é por acaso, portanto, que acabe morrendo de fome. O Estado e a democracia prossigam fingindo terem o poder de garantir a vida e a liberdade do povo pobre.

Haja fome, então, para suportar uma opressão a esse nível. Ela comprova a maior contradição presente em todo o nosso sistema econômico. Justamente quando a

produção rural conquista quantidades de alimento mais do que suficientes para alimentar o povo todo, o chamado “preço de mercado” cai a níveis tão baixos, que somente a retenção dessas quantidades consegue cobrir o custo da produção, seja o real, seja o inventado por quem sabe manipular dados a favor do seu lucro. Aí o Estado deixa de ser o vilão e passa a ser a solução...

Não é preciso ser economista para compreender onde tudo isso vai dar. Esse ar de fatalidade, no qual se inspiram as opiniões das referidas lideranças, não é igual ao do clima, corriqueiramente invocado em favor das alegadas dificuldades pelas quais passam os seus liderados. Que a frequência desse repetido queixume já alcançou status de segunda natureza, isso não dá para negar, pois não há ano em que ele não repita o seu choro.

Quanto cinismo e hipocrisia se refletem, pois, quando o respeito à lei, especialmente a da segurança nacional, é invocado com veemência, por essas lideranças, sempre que o povo necessitado de casa e comida toma em suas próprias mãos a iniciativa de proclamar que o tal respeito só vale, de fato e materialmente, em favor de minorias historicamente protegidas por uma ideologia sem outras referências que não as da propriedade e as do mercado.

Se o destinatário de algumas vantagens previstas em lei é a/o pobre, elas ignoram e desprezam a lei. Essa exige, por exemplo, o cumprimento da função sal da propriedade, “em prol do bem coletivo”, das “necessidades dos cidadãos”, da “erradicação da pobreza”, de “direitos humanos fundamentais”, expressões que não faltam na Constituição Federal, no Estatuto da Terra e no Estatuto da Cidade, entre outras regras jurídicas. Aí, o seu efeito material, concreto, é igual a zero, já que o mercado, pelo menos o refletido nas opiniões publicadas pela ZH, não precisa se preocupar com isso.

O direito à alimentação, por exemplo, somente entrou expressamente na Constituição em fevereiro deste ano (Emenda 64), como se a satisfação de uma necessidade vital como essa, de tão desrespeitada no país, tivesse necessidade de se proclamar em lei, para ser reconhecida como direito. Muito antes, os tratados internacionais que o Brasil assinou, como o dos direitos econômicos, sociais e culturais de 1966, já vinculavam o nosso país, inclusive, à reforma agrária capaz de, no mínimo, atenuar as danosas conseqüências da comida cara.

Os conceitos de “soberania alimentar” e de “segurança alimentar”, capazes de dar sustentação a direitos fundamentais de todo o povo, garantindo-lhe presidir o que plantar, colher, criar e abater, sem correr o risco da fome, pela falta de acesso à terra, devem inverter os sentidos das lições ditadas pelo presidente da Farsul e pelo ministro

da agricultura. O primeiro “tem de aceitar” e o segundo não pode “encerrar assunto” que envolva direitos como os que as suas opiniões desconsideram.

O “realismo econômico” da comida cara, sem outro remédio, previsto por eles, se está sendo pelo menos mitigado nos seus danosos efeitos sociais, isso não se deveu ao mercado, lá erguido à panacéia dos nossos males, mas sim aos assentamentos gerados pela reforma agrária, pelo menos os que deram certo justamente por obedecer à outra lógica que não a exclusiva do mercado. Não foi este também que presidiu a política pública de implantação do fome zero e do bolsa família.

Se existem mais brasileiros saciados, hoje, não devem isso ao mercado. Felizmente, há uma outra economia em curso, familiar, solidária, cooperativa, diferente dessa que acumula na mão de poucos o que falta na mesa de muitos.

É por isso que a reforma agrária, esses assentamentos e essas políticas públicas recebem críticas tão ácidas das lideranças latifundiárias e daquelas que, no exercício do Poder Público, lhes são fiéis. “Paternalismos oficiais”, “favelas rurais” costumam aparecer sustentando essas críticas.

É que o ídolo ao pé do qual elas se ajoelham, rezam e acendem velas diárias de adoração, não aceita outra forma de produção, distribuição e partilha dos bens indispensáveis à vida das pessoas que não passe pelo seu poder de exclusão, medido de acordo com a capacidade de pagar que cada uma dessas tenha alcançado.

Aquela outra economia sabe que o dinheiro não se come, nem impõe um “ter de aceitar” ou um “assunto encerrado” prepotentes e anti-democráticos como os publicados pela ZH do dia 17. Os direitos e os interesses alheios não lhe são estranhos ou, até, hostis. O que ela mais deseja é a suficiência para todas/os e não somente para um pequeno grupo. Está a serviço de uma justiça social capaz de produzir comida e mesa fartas onde ninguém se assente constrangido pela dor de saber-se estranho à comum união.

*Antonio Cechin é irmão marista, militante dos movimentos sociais, autor do livro Empoderamento Popular. Uma pedagogia de libertação. Porto Alegre: Estef, 2010; Jacques Tavora Alfonsin, advogado do MST e procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul.

Depois do boi, sobe o preço do frango – Marcia de Chiara e José Maria Tomazela – Estado de São Paulo – Economia – 22/12/2010

Às vésperas de preparar a ceia das festas de fim de ano, o consumidor terá poucas opções para escapar da alta de preços da carne bovina. A disparada da arroba do boi gordo, que começou em junho, arrastou as cotações do frango e dos suínos, por que são as carnes substitutas.

Os preços de frangos e suínos no atacado subiram 11,16% e 6,03%, respectivamente, na segunda quadrimestre deste mês, aponta o Índice Quadrimestral de Preços Recebidos pela Agropecuária Paulista, apurado pelo Instituto de Economia Agrícola.

Esse resultado indica tendência de altos preços ao consumidor do frango e do suíno.

De 20 produtos pesquisados, o preço do frango liderou o ranking de alta e a carne suína ficou na terceira posição. Já o preço da arroba do boi, que atingiu R\$ 105,32 na primeira quadrimestre, praticamente ficou estável na última apuração.

“Como grande poder de compra que existe hoje no mercado, com o pagamento do 13.º salário e aumento da massa de salários, os preços da carne ao consumidor devem começar a recuar só no ano que vem”, prevê o técnico responsável pelo índice, Danton Bini.

Como começou a chuvas e a redução dos custos para engordar o gado, a tendência é de preços menores do boi gordo.

Apesar de a arroba ter atingido níveis recordes, com valorização de 43,56% em um ano e de 28,32% em seis meses, os produtores reclamam que a boa cotação não é repassada para o criador. Sem margem para repor as matrizes que foram abatidas no período de crise, entre 2006 e 2008, o pecuarista mantém o plantel reduzido.

O preço alto, porém, pode afugentar o consumidor. “Quem quiser comer carne de primeira, vai ter de pagar o preço de bacalhau”, afirma o pecuarista José Lopez Fernandez Neto, de Itapeva, sudoeste paulista.

Tradicional criador de pardo suíco, Fernandez Neto calcula que, com o preço atual, o pecuarista que produz 100 bezerros por ano consegue uma renda líquida mensal de apenas R\$ 700 por mês, “praticamente um salário mínimo”.

Ele conta que, na crise, muitos criadores arrendaram os pastos para a plantação de cana-de-acúcar ou para a formação de floresta de eucaliptos, atividades mais lucrativas e de menor risco.

Boi produto de ciclo longo, pois o bezerro leva nove meses para nascer e outros nove para desmamar. Se colocar todos os custos, você vê que a renda está cada vez menor, por isso a carne de boa qualidade está ficando artigo de luxo.” Ele mesmo arrendou parte de sua fazenda para o plantio de grãos.

Manobra. O presidente da Associação de Criadores do Mato Grosso (Acrimat), Luciano Vaccari, vê nos preços muito elevados uma manobra especulativa do comércio varejista. Nos últimos cinco anos, segundo ele, a arroba do boi teve uma recuperação de 67%.

A margem do atacado acompanhou essa evolução, mas a carne no varejo ficou 115% maior. Alguém está ficando com essa diferença.”

De acordo com Vaccari, o setor ainda vive o reflexo da crise recente, quando o pecuarista foi obrigado a reduzir o plantel de fêmeas para fazer caixa. Apenas em Mato Grosso, em 2007, foram abatidas 5 milhões de cabeças, incluindo as reprodutoras.

“Os preços atuais são um reflexo desse abate.” A situação de escassez, segundo ele, vai continuar até 2013. “O rebanho vai crescer, mas o que tínhamos antes dificilmente será atingido. A natureza cobra seu preço”, afirma.

O Brasil mantém-se à frente no seleto grupo dos maiores produtores mundiais de alimentos. E pode avançar ainda mais, ampliando sua participação no mercado. Essa é a avaliação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Wagner Rossi, ao fazer um balanço dos oito anos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele considera que é possível ao país atingir um novo status, levando-se em consideração os índices de desenvolvimento, terras agricultáveis e adoção de tecnologia agrícola desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). “Não há dúvidas que a agricultura brasileira tem condições de continuar competitiva e na vanguarda, principalmente em função das pesquisas genéticas, da produção racional e equilibrada, com foco na preservação do meio ambiente”, aponta Wagner Rossi.

O governo estima que para a safra agrícola 2010/2011, a colheita de grãos pode chegar a 147,9 milhões de toneladas, caso as condições climáticas se mantenham favoráveis. Wagner Rossi destaca que tais fatores levaram o Brasil ao desenvolvimento acelerado de sua produção agrícola e a uma situação praticamente única no mundo: a autossuficiência em todos os produtos da cesta básica, com exceção do trigo. “Mesmo assim, a produção tritícola nacional é suficiente para atender metade do consumo interno”, ressalta.

Segundo Rossi, além de produzir a maioria dos alimentos que consome, o Brasil ainda é o maior exportador mundial do complexo soja (grão, farelo e óleo), carnes, açúcar e produtos florestais. No ranking mundial, o país ocupa a liderança na produção de açúcar, café em grãos e suco de laranja, e a segunda posição, em soja em grãos, carne bovina, tabaco e etanol.

Força econômica

O agronegócio, que inclui toda a cadeia produtiva, desde o campo até o consumidor, é um dos motores da economia brasileira, responsável por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e um terço dos empregos. Em 2009, a produção agropecuária representou 42% das exportações, com US\$ 64,7 bilhões dos US\$ 152,2 bilhões exportados pelo Brasil. Entre janeiro e novembro de 2010, as vendas a países renderam US\$ 70,3 bilhões na balança comercial. “Nossa expectativa é que o superávit supere os US\$ 60 bilhões”, destaca Wagner Rossi.

Ele considera animador e positivo o balanço da agricultura brasileira nos últimos oito anos. Em 2003, o Brasil colheu 123,2 milhões de toneladas de grãos. Neste ano, 149 milhões de toneladas, um incremento de 21% na produção. “O melhor é que esse resultado vem do aumento de produtividade”, explica, citando que a área plantada teve variação de 17% no período.

Segundo os dados do Ministério da Agricultura, em 2003, a lavoura ocupava área de 40 milhões de hectares. Em 2010, representa 47 milhões de hectares. Na previsão da próxima safra agrícola, essa área praticamente se mantém, apesar do aumento previsto da produção. Isso significa que o Brasil produz mais alimentos numa área que se mantém constante – ou seja, o crescimento das safras se deve ao aumento da produtividade.

Grãos

Produção e Área (1975 - 2010)



Ganhos de produtividade

Levando-se em conta as 14 principais lavouras, o índice médio de produtividade passou de 2,8 mil kg/ha, em 2003, para 3,1 mil kg/ha, em 2010. Um incremento de 12%. “Quando se toma uma definição mais abrangente de produtividade, para a qual se consideram todos os produtos agropecuários (lavoura e pecuária), e todos os insumos, a produtividade tem crescido a uma taxa anual de 5,8% nos últimos oito anos”, observa José Gasques, coordenador de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura.

O desenvolvimento do setor se explica pela modificação dos processos e técnicas de produção, que hoje incorporam o conhecimento científico e tecnologias de ponta, apontadas entre as mais avançadas do mundo. Isso permite produtividade ainda maior, com o apoio da Embrapa, que vem contribuindo para a adaptação das culturas às mais diversas condições de clima e solo e dos procedimentos adotados na atividade agropecuária.

O bom desempenho do agronegócio brasileiro é resultado também da capacidade empreendedora dos produtores, que superaram as condições e adaptaram-se às novas tecnologias, melhorando a cada ano seu sistema de produção, com a utilização de máquinas e adoção de sementes mais produtivas.

Mais crédito

Além do fator tecnológico e das boas condições climáticas, ações governamentais apoiaram o avanço da produção de alimentos, com a concessão de crédito agrícola de baixo custo e o fortalecimento e integração das cadeias produtivas agropecuárias. O crédito beneficiou a produção agropecuária empresarial nas áreas de investimento,

custeio e comercialização. Os financiamentos concedidos saltaram dos R\$ 30 bilhões, em 2003, para R\$ 84,4 bilhões, em 2009/2010. Um incremento superior a 181%. E para a atual safra 2010/2011 os recursos chegam a R\$ 100 bilhões. Um recorde histórico.

“O crédito rural ainda é importante instrumento de apoio ao agricultor e, nesse sentido, o governo não tem deixado faltar recursos para a produção e a comercialização”, destaca o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Edilson Guimarães. “O volume de crédito tem sido crescente ao longo de todo esse período, mesmo em tempo de crise de liquidez, como ocorreu em 2008”.

Com o aprimoramento da política de crédito, o governo inovou no planejamento da safra 2002/2003, ao condensar diversas linhas de financiamento em grupos de programas, com o objetivo de facilitar o acesso do agricultor aos recursos. Naquela safra ocorreu a possibilidade de redistribuição dos recursos entre os diversos programas de investimento, favorecendo a aplicação.

Nos três primeiros anos do governo Lula, de 2003 a 2005, houve um aumento significativo na oferta de crédito para o meio rural. A aplicação dos recursos promoveu a modernização da atividade e o acesso a tecnologias de padrão mais elevado, favorecendo a redução do risco e o aumento da competitividade. Nesse período, além de aumentar o volume de crédito, o governo garantiu mais agilidade para que os financiamentos chegassem a tempo aos agricultores e reduziu as taxas de juros.

Novos instrumentos

O ministro Wagner Rossi destaca que a política agrícola do governo Lula, a partir de 2009, adotou medidas específicas para estimular a classe média rural, as cooperativas e a agricultura sustentável. “O governo intensificou as medidas que buscam aprimoramento e expansão do apoio à preservação do meio ambiente, com a criação de linhas de crédito e novos programas de incentivo à adoção de práticas conservacionistas, incluindo a recuperação de áreas degradadas e a redução da emissão de gases que provocam efeito estufa”, afirma.

Ele cita como exemplos, os programas Agricultura de Baixo Carbono (ABC), de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) e de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa). “Com esses programas, o governo federal dá uma efetiva demonstração de comprometimento com a sustentabilidade ambiental do agronegócio”, avalia o secretário de Política Agrícola.

Ainda no contexto de aperfeiçoamento da política agrícola, também destaca-se a criação de instrumentos privados de financiamento do agronegócio nos anos de 2004 e 2005. São os chamados títulos de crédito do agronegócio: Certificado de Depósito Agropecuário e o Warrant Agropecuário (CDA/WA), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). O objetivo foi atrair poupança interna e externa para aplicação na produção, processamento e comercialização, ou seja, em toda a cadeia dos produtos do agronegócio.

A evidência do êxito desses instrumentos pode ser constatada no volume de operações realizadas desde a sua criação, há cinco anos. Foram distribuídos, num total acumulado de R\$ 238 bilhões, 59.196 títulos registrados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa) e na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

Com relação aos gastos do governo federal para o apoio à comercialização e sustentação de preços, desde 2003 até setembro de 2010 foram alocados R\$ 13,6 bilhões para a

comercialização de 78 milhões de toneladas algodão, arroz, café, feijão, mandioca, milho, trigo, soja, entre outras. “Hoje, o setor agrícola encontra-se numa situação muito mais favorável do que em 2002”, avalia Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Ele considera que o governo fez bem ao voltar a atuar efetivamente no mercado, com a sustentação de preços de produtos agrícolas, e dando aporte na remuneração do agricultor. “Elevamos significativamente os preços mínimos, o que permite pagar a diferença do preço de mercado em relação ao preço mínimo utilizando os instrumentos da subvenção, no caso o Prêmio para Escoamento de Produto (Pep) ou Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), ou fazendo as aquisições para a formação de estoques públicos por meio do AGF (Aquisição do Governo Federal) e dos Contratos de Opções de Venda”, acrescenta.

Zonamento Agrícola de Risco Climático ajudou produtores

A atividade agrícola está sujeita a fatores de risco que foge ao controle do agricultor. Os riscos mais relevantes para a produção e produtividade das culturas e com reflexos negativos na renda do produtor rural são os decorrentes de fenômenos climáticos adversos.

O zoneamento agrícola de risco climático, instituído em 2005, tem o objetivo de orientar os agricultores, agentes financeiros e seguradoras sobre a melhor época de plantio e tecnologia a ser adotada na condução das lavouras, de forma a evitar que eventuais adversidades climáticas atinjam as lavouras em suas fases fenológicas mais sensíveis.

São indicadas também as cultivares adaptadas às diversas regiões brasileiras. Cada estudo é divulgado anualmente no Diário Oficial da União sob a forma de portarias ministeriais. Foram publicadas 2.038 portarias desde 2003.

Ao longo dos oito anos do governo Lula, os estudos de zoneamento agrícola de risco climático vêm sendo gradativamente ampliados para novas culturas e unidades da federação. O número de culturas estudadas aumentou mais de 400%, saltando de nove para 40, beneficiando 23 estados e o Distrito Federal.

Além de revisar periodicamente os estudos divulgados, o Ministério da Agricultura tem dado prioridade a novos zoneamentos para culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como dendê, girassol e mamona.

“Tudo isso foi feito em conformidade com o Plano Nacional de Bioenergia, além de dedicar especial atenção às culturas de interesse regional, de que são exemplos o açaí, cacau, coco, milheto e pupunha”, informa Wellington Soares de Almeida, diretor do Departamento de Gestão do Risco Rural do Ministério da Agricultura.

Em quatro anos, subvenção ao seguro rural beneficiou 145 mil produtores

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) permitiu ampliar a oferta de seguro rural a todas as regiões produtoras, já presente em 18 estados, beneficiando 76 culturas na modalidade de seguro rural agrícola. Além da modalidade agrícola, o programa também beneficia as modalidades de seguro rural pecuário, aquícola e de florestas.

Ao pagar parte do prêmio do seguro rural, o governo incentiva os produtores a contratarem essa modalidade de garantia para sua atividade rural. Sem o benefício da subvenção e diante do alto custo das apólices, o acesso ao seguro rural seria impeditivo. Com a contratação de seguro, os produtores serão indenizados pelas perdas nas lavouras causados por intempéries, incêndios e outros acidentes previstos nas apólices, contando com recursos para retomar suas atividades na safra seguinte.

Desde sua criação, em 2005, o programa beneficiou 145 mil produtores, garantindo capitais de R\$ R\$ 23,3 bilhões e proporcionou cobertura para uma área de cerca de 16 milhões de hectares de lavouras. (Inez De Podestà)

Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

	2005	2006	2007	2008	2009	2010(*)
Orçamento (R\$ milhões)	10,00	61,00	99,50	160,00	272,00	246,00
Valores Utilizados (R\$ milhões)	2,30	31,10	60,90	157,50	260,00	246,00
Capitais Segurados (R\$ milhões)	126,60	2.869,00	2.706,00	7.209,00	9.684,00	9.162,00
Área Segurada (há milhão)	0,68	1,60	2,20	4,80	6,70	6,34
Nº de Produtores Atendidos (unidade)	849	16.653	27.846	43.642	56.306	53.000
Valor médio da subvenção por produtor (R\$)	2.709,07	1.867,53	2.187,03	3.608,91	4.610,00	4.670,00

(*) valores estimados

Em 2011, alimentos e serviços andam preços - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Brasil – 22/12/2010

Conjuntura Bens duráveis devem aliviar inflação no próximo ano

A inflação de 2011 deve mostrar queda em relação aos quase 6% deste ano, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficando entre 5% e 5,5%, segundo a maior parte dos analistas. As cotações de serviços (como aluguel, condomínio, empregado doméstico e educação) e de alimentos e bebidas tendem a registrar alta razoavelmente acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central (BC), de 4,5%, ainda que os dois grupos devam subir menos que em 2010. Já os preços de bens duráveis, como eletroeletrônicos, vão continuar a dar um alívio para a inflação.

Os preços administrados (como tarifas de energia elétrica e telefonia) devem avançar algo como 4% a 4,5%, acima dos 3,1% a 3,3% esperados para este ano, mas ainda assim um nível próximo do centro da meta.

Com peso de 24% no IPCA, os serviços vão continuar a rodarem um nível elevado em 2011, segundo o economista Fábio Ramos, da Quest Investimentos. Em 2010, a alta deve ficar em 7,4%, percentual que, para ele, cairá para 6,4% no acumulado do ano que vem. O mercado de trabalho forte, com o desemprego em níveis muito baixos, abre espaço para ajustes de preços ainda salgados nesse grupo, observa Ramos. O aumento expressivo do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) neste ano, superior a 11%, deve empurrar para cima o item aluguel.

Um ponto positivo será o reajuste bem mais modesto do que em anos anteriores a ser concedido ao salário mínimo, diz Fábio Romão, da LCA Consultores. “Se o salário mínimo ficarem R\$ 540, haverá uma perda real de 0,7%. Se o valor ficarem R\$ 550, o ganho real será de apenas 1,1%, o menor desde 2003”, observa, usando o INPC (que deve fechar o ano próximo a 6,5%) como deflator. Com isso, a alta de itens como empregado doméstico tende a ser mais modesta.

Um aumento menor do salário mínimo também implica uma alta menos significativa da massa de rendimentos no país, o que coloca menos pressão sobre os preços.

Nesse cenário, os serviços deverão terminar o ano que vem com variação de 6,5%, estima Romão. Menos otimista, o economista-chefe do Banco Safra de Investimento, Cristiano Oliveira, vê uma alta de 8,2% a 8,4% para o grupo, por conta do mercado de trabalho que cedeu e da influência da inflação passada mais alta, como no caso dos contratos de aluguel.

Se há um item em que os economistas apostam suas fichas para moderar a alta dos preços em 2011 é o de bens duráveis. Neste ano, o aumento tende a ficar próximo a apenas 1%, nível que, segundo alguns analistas, tende a se repetir no ano que vem. Ramos aposta em alta de 0,8%, e Romão, de 0,9%. O primeiro observa que os produtos eletrônicos costumam registrar deflação. No IPCA-15 de dezembro, por exemplo, os preços de TV, som e informática caíram 3,45%, enquanto eletrodomésticos e equipamentos caíram 0,96%.

Além do câmbio valorizado, ajuda o grupo o fato de que há um excesso de oferta global desses bens, num momento em que a demanda por eles segue fraca. “Se não está importando deflação, o Brasil, no mínimo, compra inflação baixa com os bens duráveis importados”, afirma Oliveira, que considera possível uma variação de zero a 1,5% desses produtos. A questão, observa ele, é que eles são menos de 10% do IPCA, tendo influência limitada sobre o comportamento do indicador.

A grande incógnita de 2011 está no grupo de alimentos e bebidas, o grande vilão da inflação neste ano, com alta na casa de 10%. Todos os analistas apostam em descompressão desses produtos — a grande dúvida é sobre a magnitude. O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, projeta aumento de 8,9% de alimentos e bebidas em 2011, uma alta ainda muito forte.

A demanda por commodities por parte da China, num cenário de estoques baixos, tende a manter as cotações pressionadas, diz Ramos.

Ele estima alta de 7,8% do grupo alimentos em 2011, com um IPCA de 5,5%.

Há, contudo, muita incerteza na projeção do comportamento desse grupo, que responde por 23% do IPCA. “Poucas coisas podem ajudar a inflação no ano que vem, e talvez a grande surpresa possa ser durante algum tempo o próprio vilão deste ano, os alimentos”, reconhece Vale. “Já começa a haver uma volta desses preços nos dados mais recentes e podemos ter um começo de ano mais tranquilo para o grupo, mesmo considerando os in natura mais pressionados em janeiro e fevereiro”, acrescenta.

Romão tem uma visão mais otimista sobre os preços de alimentos e bebidas,

acreditando que a alta em 2011 será de 5,6%.

Ele observa que, entre o fim de 2009 e o começo de 2010, o volume de chuvas no Brasil ficou 42% acima do que normalmente se registra, um fenômeno que contribuiu para a disparada dos alimentos no início deste ano. É algo difícil de se repetir em 2011.

“Além disso, as prévias dos IGPs já começam a apontar deflação na carne bovina no atacado, o que pode aparecer no varejo em janeiro.” Essa estimativa de uma alta mais moderada dos alimentos é fundamental para explicar porque Romão tem uma projeção de 4,7% para o IPCA em 2011, abaixo dos 5,29% estimados pelo economista ouvidor semanalmente pelo BC. No IPCA-15 de dezembro, o feijão carioca, o tomate e a melancia tiveram quedas expressivas.

Outro motivo para a diferença entre as estimativas de Romão e da maior parte dos analistas está nas previsões para os preços administrados.

Vale, por exemplo, acreditar nesse grupo, que tem peso de 30% no IPCA, vai subir 4,3% no ano que vem, 1 ponto percentual a mais do que os 3,3% estimados para este ano. “Isso vai ocorrer em parte pelo próprio carregamento da inflação mais alta de 2010”, afirma ele, que apostou num IPCA de 5,3% em 2011.

Romão, por sua vez, acredita que os preços administrados vão subir 3,8% no ano que vem, depois de avançar 3,1% em 2010. Ele lembra que, nos últimos anos, diminuiu bastante a correlação entre os IGPs e os administrados.

Além disso, haverá revisão tarifária de concessionárias de energia elétrica em 2011, o que pode levar à queda de algumas tarifas. “E licenciamento e emplacamento de veículos também podem ter um comportamento favorável, já que um parâmetro importante para esse item é o preço do automóvel usado, que registrou deflação em vários meses de 2010.”

Alimento não é vilão, afirma ministro – Célia Froufe - Estado de São Paulo – Economia – 23/12/2010

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, rechaça a análise de que os alimentos são vilões da inflação. Ainda que admita que as commodities agrícolas estejam em alta, ele preparou estudo para provar que os alimentos mais beneficiaram do que prejudicaram a evolução de preços ao longo dos anos. “A avaliação é a de que os preços agrícolas deram grande contribuição para o controle da inflação no País.”

Confrontado com declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que atribui a alta dos preços as commodities, Rossi reage: “Não concordo. Precisamos conter o ímpeto de atribuir a agricultura uma conta que não é dela”. Ontem, o Banco Central também alertou para a disparada das commodities e seu impacto sobre a inflação.

Rossi admite que alguns preços agrícolas estão em alta, como a carne, mas atribui o movimento ao clima, que retardou a estação das chuvas e prejudicou os pastos, e a falta de crédito específico para o setor. Sem caixa, os produtores não fizeram matrizes no período da crise para “fazer dinheiro”.

Para o ministro, o consumidor paga o preço disso agora. “O boi de pasto entrou menos no mercado, mas voltará a se regularizar”, prevê. “O setor de carnes,

no entanto, já foi punido severamente no passado por conta dos preços baixos”. Outro item citado por Rossi foi o feijão, cujo preço assustou consumidores em todo o País. “O pessoal está falando da inflação e cita o feijão, que teve problema dois meses atrás”.

Gangorra. O secretário de Política Agrícola do Ministério, Edilson Guimarães, mostra como o preço pago ao produtor é volátil.

O feijão está 30% mais barato do que há uma semana e 40% inferior ao negociado há um mês. O grão, porém, está 61,5% mais caro que há um ano e 4,5% mais barato que há dois anos.

“Isso mostra que o preço está caindo”, diz o secretário. Ele e o ministro pregam que a análise da inflação agrícola seja feita em perspectiva de longo prazo e não em épocas específicas, pois se trata de atividade sujeita a fatores exógenos que influenciam os números pontualmente. No governo Lula, mostra o levantamento, apenas em 2007 e 2008 a inflação dos alimentos e bebidas foi superior ao IPCA. O mesmo deve ocorrer este ano. “Temos picos de preços nessa atividade e nesses anos vimos o crescimento da demanda no mundo todo”.

Rossi rebaterá os que acusam a agricultura de ser avilada na inflação com números do próprio IBGE: o IPCA acumulado desde o Plano Real (julho de 1994) foi de 270,5%, enquanto o índice do setor de alimentos no mesmo período subiu menos, 228,2%. “O controle da inflação nos últimos anos foi feito pela âncora verde. Fomos a âncora da inflação.”

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Katia Abreu, engrossa a defesa. Segundo ela, há 40 anos o brasileiro gastava metade da renda com comida e hoje essa fatia não passa de 18%. “A agricultura ajudou a aumentar o poder de compra da população, pois sobra mais dinheiro para as pessoas gastarem com outras coisas.”

Para o economista da LCA Consultores, Francisco Pessoa, o ministro tem razão ao buscar uma avaliação mais de longo prazo no caso da inflação dos alimentos, em função da atividade do setor ser cíclica. “Assim, há momentos que a agricultura contribui para uma inflação mais baixa e outros em que prejudica”.

Pesou no andar de baixo - Fabiana Ribeiro – O Globo – Economia – 25/12/2010

A alta dos preços dos alimentos pesou mais no orçamento dos mais pobres — que gastam um terço do que ganham com comida. Até novembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), segundo o IBGE, que se refere às famílias com rendimento de um a seis salários mínimos, variou 5,83%. Um resultado fortemente influenciado pelos preços dos alimentos, que, pelo índice, subiram 9,59% no ano. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — usado no regime de metas do governo — fechou até novembro em 5,25%, e os alimentos, em 8,95%.

O alívio para os brasileiros de todas as faixas de renda, no entanto, não deverá chegar no ano que vem. Os preços internacionais dos alimentos estão, de acordo com informes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), próximos à máxima histórica que registraram em junho de 2008, apesar da melhora de projeções para a produção global de cereais neste ano.

Impacto direto sobre a renda menor

— O impacto dos alimentos é muito maior entre os brasileiros de menor renda. É um impacto direto na vida e o governo deveria olhar mais atentamente para isso. O poder de renda dessa camada da população se deteriorou mais do que o de outras camadas — diz

Eduardo Velho, economista-chefe da Prosper Corretora, acrescentando que, com os preços salgados, o comércio vende alimentos já apresentou retrações nas vendas em novembro. — Preços altos levam a substituições ou mesmo a um freio no consumo.

O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que, a despeito da alta dos preços, houve uma expansão na renda dos trabalhadores. E essa expansão é o que garante que os brasileiros mais pobres continuem a manter os produtos básicos à mesa.

Estudo complementar da POF 2008/2009 do IBGE, contudo, faz um alerta: o brasileiro está com o dinheiro mais, mas a qualidade da alimentação piorou.

— Ainda que muitos analistas apontem para a alta nos preços dos alimentos no ano que vem, ainda há dúvidas. Muitos alimentos encareceram muito e, portanto, há gordurinhas no preço que podem ser cortadas. É o caso do feijão e das carnes que já tiveram um recuo nos preços — afirma André Braz.

A recepcionista Daniele da Silva, de 25 anos, sentiu na mesa os efeitos dos preços mais altos. Para se adaptar aos novos preços dos alimentos, foi necessário fazer alguns ajustes no cardápio da família.

— Eu costumava comprar contrafile, mas agora estou substituindo por acém. Estou sem fazer compras grandes há dois meses. Vou abastecendo o que vejo que está faltando, prestando atenção nas promoções. Substituindo um produto mais caro por outro que seique não é a mesma coisa, mas é mais barato — afirma ela. — Natal tem que ter a ceia, vou dar um

jeito, comprar um peru. Mas não vou ser “aquela ceia”.

Apesar das substituições dos produtos, a família de Daniele não vai passar por nenhum risco de insegurança alimentar.

É o que espera Pierre Vilela, coordenador da assessoria técnica da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, entidade ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Para ele, os avanços do salário mínimo, com ganhos acima da inflação, permitem que a alimentação dos brasileiros não perca qualidade.

— Não há o que temer em relação à segurança alimentar nem em relação ao aumento da pobreza. Pode até haver uma redução no consumo, mas os produtos básicos, menos influenciados pelos preços das commodities, continuarão no cardápio das famílias.

Vilela acrescenta, contudo, que os preços das commodities agrícolas continuarão elevados em 2011. Com preços acima da média histórica, diz ele.

— É claro que tudo também depende de como andar a economia internacional no ano que vem — afirma Vilela.

Alimentos e serviços devem pressionar inflação em 2011 – Marcia de Chiara – Estado de São Paulo – Economia – 28/12/2010

A inflação promete não dar trégua em 2011 e ficar novamente acima do centro da meta de 4,5% traçada pelo Banco Central (BC). Para o ano que vem, economistas especializados em índices de preços acreditam que a inflação terá um perfil semelhante ao deste ano, isto é, os focos de pressão de preços mais uma vez serão os alimentos e os serviços.

Tatiana Pinheiro, economista do Banco Santander, projeta que a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atinja 5,5% em 2011, um

pouco menos que a alta de 5,8% estimada para este ano. “Mas as pressões serão as mesmas”, prevê.

Para Bernardo Wjunisky, economista da Tendências, o ritmo de alta de preços dos alimentos em 2011 será mais moderado do que foi neste ano, em que houve um choque de oferta. Mas a comida deve continuar pesando nos índices de inflação.

“Os alimentos podem subir menos em 2011, mas não devem recuar”, calcula. Neste ano, os alimentos lideraram o ranking dos grupos de preços que mais subiram no IPCA, com aumento de 9%, seguidos pelas despesas pessoais (7,3%).

No primeiro trimestre de 2011, Tatiana observa que os aumentos de preços advindos dos cereais e das carnes poderão perder força por causa do início da safra, período de maior oferta. Mesmo assim, a perspectiva é de que o grupo alimentação continue pressionado porque certamente as chuvas excessivas do verão vão puxar para cima os preços de hortaliças e legumes.

Além disso, a forte demanda da China por commodities, especialmente as agrícolas, deve sustentar os preços da comida em níveis elevados em 2011. De janeiro até o dia 23 deste mês, as cotações das commodities agrícolas no mercado internacional, medidas pelo índice Commodity Research Bureau (CRB), subiram 25% em dólar e 22% em real, segundo Tatiana. Só neste mês, a alta em dólar foi de 8%. Por isso, novos repasses para os preços dos alimentos no varejo estão a caminho. “Mesmo com a entrada da safra, os preços devem continuar subindo”, observa Wjunisky.

Também o movimento de desvalorização do dólar em relação a outras moedas reforça a tendência de correção para cima dos preços das commodities, que são cotadas na moeda americana no mercado internacional.

Inércia. Outro vilão da inflação brasileira de 2011 será o serviço. Com o consumo doméstico aquecido, não haverá dificuldade para repassar para o consumidor reajustes de preços previstos em contratos de aluguéis e mensalidades escolares, que são balizados pela inflação passada. “A inércia inflacionária existe”, afirma Tatiana.

Se o IPCA deste ano fechar acumulando alta de 5,8%, este será o piso de reajuste de vários serviços para o ano que vem, observa ela. As escolas, por exemplo, já sinalizaram reajustes na faixa de 7% para o ano que vem e os contratos de aluguéis, regidos pelo Índice Geral de Preços – Mercados (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), devem ter aumentos na casa de 11%.

O impacto da alta dos preços das commodities, impulsionada pela maior demanda chinesa, quebra de safras de produtos agrícolas, desvalorização do dólar e movimentos especulativos de fundos de investimentos não se restringe aos preços dos alimentos e das matérias primas industriais.

Segundo o economista Fabio Silveira, sócio da RC Consultores, a elevação dos preços das commodities agrícola e industrial tem reflexos indiretos nos preços de vários serviços.

É que os preços no atacado respondem por mais da metade (60%) do IGP-M. Quando as cotações das commodities explodem no mercado internacional, como aconteceu neste ano, elas puxam para cima o IGP-M e contaminam a inflação de outros segmentos da economia. “Essa é a regra do jogo”, diz o economista. Para 2011, essa regra de reajustes continua valendo. Por isso, os preços dos serviços devem começar o ano com aumentos na casa de dois dígitos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

